

Finanças

ACERTO EXTERNO

Governo abre conta para garantir os pagamentos ao Clube de Paris

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O governo brasileiro comprometeu-se a abrir uma conta especial no Banco de Compensações Internacionais (BIS), com sede em Basileia, na Suíça, onde depositará a cada três meses um montante equivalente a pelo menos 180 milhões de Direitos Especiais de Saque (DES) — pela cotação de terça-feira, correspondiam a US\$ 245,8 milhões — como forma de garantir os pagamentos dos juros sobre a dívida renegociada com os credores oficiais do Clube de Paris e que vencem até agosto de 1993.

O diretor da área internacional do Banco Central (BC), Arminio Fraga Neto, explicou ontem a este jornal que os recursos serão depositados em uma espécie de subconta à conta de depósitos que o País já tem no BIS: "os credores oficiais terão acesso ao saldo da conta especial mas os recursos ali depositados não estarão sujeitos a bloqueio", disse ele, explicando que a conta será aberta para que os credores oficiais "acompanhem o acúmulo de dinheiro a ser usado no pagamento".

Os depósitos serão feitos a partir de 30 de abril próximo e, ao nível da cotação atual do DES, devem envolver cerca de US\$ 1,3 bilhão até 30 de julho de 1993.

Aqueles recursos, conforme prevê o texto da minuta do acordo negociado com o Clube de Paris, representam uma estimativa dos pagamentos dos juros incidentes sobre a dívida consolidada e que serão definidos nos acordos bilaterais a serem firmados um a um, com cada governo credor. Os juros devidos sobre a dívida reestruturada no acordo "guarda-chuva" começam a contar a partir de 1º de janeiro deste ano, independentemente do dia em que o acordo bilateral vier a ser firmado. O diretor do BC frisou que os depósitos da especial que vai abrigar aqueles pagamentos continuarão sendo contabiliza-

dos nas reservas internacionais do País até o dia do saque efetivo.

MINUTA

Até o final desta semana, adiantou ele, deve ficar pronta a exposição de motivos do presidente da República a ser formalmente encaminhada ao Senado Federal com o texto da minuta do acordo do Clube de Paris nas versões oficiais em inglês e em francês, além da tradução para o português. Na exposição de motivos, o governo espera esclarecer aos senadores todas as dúvidas sobre os parâmetros de capacidade de pagamentos do País que serviram de base ao acordo negociado em Paris.

"Foi uma compatibilização complexa, pois enquanto nós falávamos de capacidade fiscal e cambial, eles (os credores oficiais) conversavam sobre as regras do Clube de Paris, mas eu não posso, responsavelmente, negociar deste jeito", comentou Fraga Neto, atestando que a noção da capacidade de pagamento, com a tabela sobre uso e fontes de recursos, que serviu de base às negociações é a mesma que norteou o programa econômico: "tudo o que vamos pagar de juros, inclusive sobre a dívida não afetada pelo acordo, está embutido na capacidade de pagamento", explicou o diretor.

Os parâmetros foram apresentados na terça-feira, na comissão de assuntos econômicos do Senado Federal, pelo presidente do Banco Central, Francisco Roberto André Gros, e chegaram a causar dúvidas nos senadores: para 1992, o governo promete um superávit primário fiscal de 3% do PIB, mais um aumento da emissão monetária da ordem de 1,5% do PIB, em decorrência da maior demanda por moeda que seria originária da queda da inflação, além de trabalhar com a previsão de financiamento externo da ordem de 0,9% do PIB e de financiamento interno de 1,5% do PIB. O PIB, para o final deste ano, está projetado em US\$ 427 bilhões.